

Assembléia aponta outras formas de mobilização

Docentes retomam atividades 5ª feira (13/06)

A Assembléia Geral da Adunicamp realizada na tarde de ontem, com a presença de 216 docentes, decidiu pelo encerramento da greve e por um amplo processo de mobilização da categoria, através da criação de quatro comissões, cujos objetivos são apresentados abaixo.

A decisão da Assembléia foi tomada com base em proposta encaminhada pelo Conselho de Representantes e pela Diretoria da Associação, e formulada a partir das seguintes considerações:

a) a greve alcançou alguns de seus objetivos, quais sejam:

- ◆ neutralizar, na Assembléia Legislativa, o avanço do projeto de LDO encaminhado pelo Governo do Estado, na medida em que diversos deputados que no ano passado votaram contra as Universidades, já declararam publicamente que vão rever seu voto;
- ◆ mobilizou a Universidade, diversos segmentos da sociedade, e a própria Assembléia Legislativa contra a emenda do Deputado Vaz de Lima que introduz o ensino pago nas Universidades Estaduais Paulistas;
- ◆ demonstrou de forma inequívoca a não aceitação do reajuste de 7,63% fixado, que sequer repõe a inflação do período, o que foi reconhecido pelo próprio Cruesp;

b) a greve dos docentes na Unicamp não atingiu o nível dos movimentos anteriores, estando concentrada em algumas unidades;

c) a dificuldade da manutenção da greve nas unidades paralisadas, tendo em vista que não se alastrou para o resto da Universidade;

d) a situação marcadamente diferenciada entre as unidades gerando sérios problemas na condução do movimento;

e) a conveniência da manutenção da unidade do movimento docente na Unicamp, sem a qual não há condição de fortalecermos o conjunto das Universidades;

f) a Diretoria da Adunicamp, que avaliando num contexto mais amplo a decisão do CR de suspender a greve na última Assembléia, propusera a sua continuidade a fim de analisar junto com as demais entidades essa posição, já o havia feito;

g) que o Fórum das Seis, mesmo indicando a continuidade da greve, não tem caráter deliberativo e reconhece, como sempre reconheceu, a legitimidade das Assembléias Gerais de cada entidade;

h) a existência de fortes componentes externos, derivados da política econômica do Governo Federal, que tem se refletido negativamente na arrecadação do ICMS e, como consequência, no orçamento das próprias Universidades;

i) a greve, mesmo sendo reconhecida como um instrumento legítimo, necessário e indispensável, não demonstrou, neste caso específico, ser a forma mais apropriada de mobilização, devendo recorrer-se, portanto, a outros mecanismos considerados mais adequados para o momento.

CEL	11
CEPRE	02
FCM	07
FE	20
FEA	09
FEAGRI	05
FEC	13
FEEC	13
FEF	11
FEM	03
IA	11
IB	19
IC	02
IE	03
IEL	15
IFCH	27
IFGW	04
IG	03
IMECC	13
IQ	15
TOTAL	216

Votação

A Assembléia contou com a presença de 216 docentes. Destes, 126 manifestaram-se favoráveis ao encerramento da Greve - associado à agenda de mobilização transcrita neste boletim -, 22 votaram pela sua manutenção e 11 se abstiveram.

Aprovado o fim da Greve, passou-se a deliberar acerca do dia de retorno às atividades. Numa demonstração de apoio ao Ato Público na Assembléia Legislativa em Defesa das Universidades Estaduais Paulistas na LDO/97, a se realizar nesta 4ª feira, 12/06, associado à intenção de possibilitar uma maior presença de alunos e professores naquela casa, 128 docentes contra 14, com 19 abstenções, aprovaram a volta ao trabalho nesta 5ª feira, 13/06.

Deliberações e calendário de atividades aprovado na Assembléia Geral

◆ Mobilização

12/06 - Ato Público na Assembléia Legislativa
19/06 - Audiência Pública - Assembléia Legislativa
21/06 - Paralisação para participar da Greve Geral
28/06 - Votação da LDO - Assembléia Legislativa
Após dia 10/07 - Assembléia Geral para avaliação da reunião técnica com o Cruesp

◆ Comissões Internas

a) Acompanhamento da arrecadação do ICMS e análise financeira da Universidade (Coordenador: Prof. Luiz Carlos de Almeida).
b) Acompanhamento da LDO e formulação do Projeto de Lei Orgânica das Universidades (Coordenador: Prof. Roberto Romano).
c) Perspectivas das Universidades Públicas (Coordenador: Prof. Ricardo Antunes).
d) Paralisação na área hospitalar: estudos e condução (Coordenadora: Profª Maria Aparecida Affonso Moyses).

◆ *Moção*: repúdio aos responsáveis pelas punições de funcionários na área hospitalar.

◆ *Congregações*: atuar junto as congregações que ainda não se manifestaram pela reabertura de negociações e recuperação salarial.

◆ *Punições*: revisão das punições dos funcionários junto à Administração da Universidade.

Solidariedade para com o Professor Sette

Foi aprovada a indicação de uma comissão, coordenada pela Profª Ítala D'Ottaviano para organizar junto aos docentes da Unicamp uma campanha para a arrecadação de fundos visando o pagamento das despesas hospitalares decorrentes do acidente sofrido pelo professor no último dia 22 de maio. Contatar a secretaria da Adunicamp para informações.

Em busca da transparência orçamentária e financeira ...

Reproduzimos abaixo o ofício encaminhado ao Cruesp relativo a dúvidas em torno da execução orçamentária.

FORUM das seis

STU
Unesp
Unicamp
Unifesp
Unesp - São Carlos
Unesp - Ribeirão Preto

Ofício nº 18

São Paulo, 10 de junho de 1996

Senhor Presidente,

Em nome da transparência orçamentária e financeira e que se obrigam as administrações das três Universidades Estaduais Paulistas, bem como com o propósito de superar eventuais divergências na análise e interpretação das informações de natureza econômico-financeira dos dados já disponíveis; tendo em vista ainda a LDO para 1997 e o conflito no Ofício s/nº de 31/5/96 da Reitoria da UNESP à ADUNESP, para subsidiar uma argumentação que complemente as justificativas para o aumento do repasse de recursos tributários às Universidades, vimos solicitar a V.Exa. o agendamento de uma reunião, com a maior urgência, do Cruesp com o FÓRUM, com o objetivo de esclarecermos as seguintes questões:

1. Em 1994, no mês de dezembro, o Cruesp decidiu mudar a metodologia da apresentação das planilhas de "regime de competência" para "fluxo de caixa", o que implicou em não pagamento de um reajuste de cerca de 16%, correspondente ao cumprimento do comunicado 9/94. Que destino foi dado a estes recursos? Onde foram contabilizados em cada uma das Universidades?
2. Qual o valor dos precatórios trabalhistas que efetivamente serão pagos em 1996 pelas Universidades? Os referidos precatórios (Unicamp e Unesp) referem-se a processos de 1987 e 1988, período em que não havia autonomia das Universidades Estaduais Paulistas. Estão as administrações provisionando os recursos - e quanto - para pagamento ou estão cobrando suplementação do Governo do Estado?
3. O ICMS informado na planilha de fechamento de 1995 do Cruesp, enviado ao FÓRUM em 7/3/96, difere do publicado no Diário Oficial de 14/5/96 em cerca de 1 bilhão de reais! Por que razão isto ocorreu e onde foi contabilizada a diferença?
4. Por que a previsão do crescimento do ICMS para o 2º semestre de 1996, não reflete o crescimento histórico que ocorre neste período? Onde e quando serão contabilizadas as diferenças?
5. Uma vez que se utiliza o conceito de comprometimento acumulado das três Universidades, em que local da planilha foi ou está sendo projetada a economia com encargos sociais causada pela transposição para o EDUNESP dos docentes celetistas da UNESP?
6. Existe um estudo, nas três Universidades, de impacto nos orçamentos de 1996/97/98/99 e 2000, dos direitos a adquirir dos servidores docentes e técnico-administrativos quanto a adicionais e sextas-partes?
7. Existe um estudo, nas três Universidades, do aumento do item "aposentados e inativos" nos orçamentos de 1996/97/98/99 e 2000?
8. No caso da UNESP, os recursos orçamentários de 1995 foram empenhados considerando os recursos emprestados pelas Fundações? De que forma está sendo realizada a devolução?
9. Quantos são e qual é o impacto no orçamento em termos de diárias e ajudas de custo, dos assessores, em cada uma das três Universidades? Quais os critérios, nas três Universidades, para a contratação ou designação dos assessores, assistentes e procuradores? Existe alguma limitação?
10. Quantos são e qual é o impacto no orçamento em termos de proventos e cotas, dos procuradores, em cada uma das Universidades? A qual legislação se obrigam em termos de "Pessoal"?
11. Quais são os valores de "Restos a Pagar" inscritos como Pessoal e Reflexos em 1994 e 1995, para cada uma das três Universidades?
12. Por que o resumo de execução orçamentária de 1995 apresentado pela UNESP apresenta um valor para o total das despesas com pessoal da ordem de 260 milhões de reais, ao passo que o valor informado pelo Cruesp, no fechamento de 1995, para o mesmo item, foi de 285 milhões de reais?
13. Por que a Reitoria da UNESP optou por um comprometimento projetado acumulado de 86,78% considerando-se a previsão da arrecadação do ICMS pela Secretaria da Fazenda, quando, na proposta orçamentária original de Reitoria e aprovada pelo CO, o comprometimento era de 88%?
14. As direções das Unidades Universitárias das três Universidades dão ciência da execução orçamentária nos níveis mais detalhados para as respectivas Congregações, para, como é o caso da UNESP, dar cumprimento ao Inciso VIII do artigo 40 do Regimento Geral?
15. Está o planejamento orçamentário detalhado - Orçamento-Programa da Lei 4320 - de cada uma das três Universidades à disposição da comunidade universitária para análise e ciência?
16. Como é dada a ciência das contas detalhadas de todas as Fundações de Direito Público ou Privado, vinculadas às três Universidades, cujo conhecimento deve ser de responsabilidade dos Reitores, de acordo com o parágrafo único do artigo 32 da Constituição Estadual?

Na certeza de sermos prontamente atendidos em nossa solicitação, desejamos-lhe nossos melhores

Saudações Sindicais e Universitárias

Sueli G. de Lima Mendonça
Coordenação do FÓRUM DAS SEIS

Ao
Exmo. Sr.
Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo
M.D. Presidente do Cruesp